INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SC
LINHA VIVA
Nº 1356 - 13 de abril de 2017
·IMPRESSO·

INIMIGOS dos trabalhadores

Movimentos sociais e sindicais barram debate de apoiadores do desmonte da CLT

POR UMA GREVE GERAL NACIONAL

Contra ataques à classe trabalhadora, centrais sindicais definem mobilização unificada no país, no dia 28 de abril

PG. 2

PRESSÃO E AMEAÇA

Aposentados e aposentáveis da Eletrosul debatem pressão para adesão ao PAE

PG. 3

REFORMA TRABALHISTA

INIMIGOS dos trabalhadores

Trabalhadores barram debate de apoiadores do desmonte da CLT

Uma reunião de patrões e para patrões debaterem a retirada de direitos dos trabalhadores. Essa era a ideia do "fórum" proposto pelo Deputado Estadual Celso Maldaner (PMDB), relator do Projeto de lei (PL) 6.787/16, que trata da reforma trabalhista.

O que o Deputado não esperava era a força dos trabalhadores catarinenses, que lotaram as galerias do Plenário Osni Régias, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, nesta segunda-feira, dia 10. Os trabalhadores, organizados por várias centrais sindicais e movimentos sociais, protestaram contra Maldaner, que convidou para o debate apenas representantes patrões, como Fiesc, Fecomercio, Facisc, Faesc e Fetrancesc. A verdade é que o fórum do deputado era um conchavo entre amigos para justificar o avanço sobre os direitos trabalhistas do povo brasileiro. No entanto, a voz dos trabalhadores foi muito mais forte do que a dos golpistas.

Os companheiros que ocuparam bradaram o grito de toda classe trabalhadora: “não tem arrego, você tira meu direito que eu tiro seu sossego”! O coro incessante impediu que os golpistas tomassem a palavra para defender a retirada de direitos e a destruição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Com a manifestação, Maldaner, inimigo declarado dos trabalhadores e apoiador da terceirização, encerrou o fórum sem mesmo ter iniciado.

"O coro incessante impediu que os golpistas tomassem a palavra para defender a retirada de direitos e a destruição da CLT Com a manifestação, Maldaner, inimigo declarado dos trabalhadores e apoiador da terceirização, encerrou o fórum sem mesmo ter iniciado"

Apesar do choro de Maldaner, disseminado por colunistas como Moacir Pereira e Cláudio Prisco Paraíso, afirmando que os trabalhadores não quiseram debater "uma proposta que vai modernizar a legislação trabalhista", o debate só é válido quando os trabalhadores são ouvidos. E, como Maldaner fez questão de não chamar a representação dos trabalhadores para o debate, os próprios trabalhadores fizeram fazer valer a sua voz, deixando claro que direito não se retira! A manifestação e união dos trabalhadores é a única forma de impedir os golpes contra a classe trabalhadora.

Foto: Fábio Queiroz/Agência AL

GREVE GERAL

POR UMA GREVE GERAL EM DEFESA DOS NOSSOS DIREITOS

Contra ataques à classe trabalhadora, centrais sindicais definem mobilização unificada no país, no dia 28 de abril

Os trabalhadores brasileiros vivem um momento difícil. Afundado na lama da corrupção, o Governo Temer avança sobre os direitos da classe trabalhadora. As reformas trabalhista e da previdência, aliadas a liberação irrestrita da terceirização, são a destruição de direitos conquistados em uma vida inteira, e somente a mobilização de todos pode barrar mais este golpe.

Em ato unificado, as centrais sindicais brasileiras, acompanhadas por movimentos sociais estão convocando os trabalhadores de todo o país para uma greve geral, dia 28 de abril, contra a retirada de direitos. Para os sindicatos que compõem a Intercel e a Intersul, os eletricitários não podem ficar parados diante de tantos ataques. Não podemos ficar parados diante de uma reforma que destrói a seguridade social e acaba com a aposentadoria digna. Não podemos ficar calados diante da liberação da terceirização, que no setor elétrico explora, mutila e mata. Não podemos fechar os olhos para a destruição da CLT e enfraquecimento dos sindicatos proposta na reforma trabalhista. Não podemos aceitar a retomada das privatizações a preço de banana.

"As reformas trabalhista e da previdência, aliadas à liberação irrestrita da terceirização, são a destruição de direitos conquistados em uma vida inteira"

Os sindicatos que compõem a Intercel e a Intersul sabem que, acima de tudo, os eletricitários são trabalhadores brasileiros. E este é o momento de lutar contra a ganância e entreguismo que ameaçam nosso presente e nosso futuro. É hora de mobilizar a categoria e se unir aos trabalhadores de todo o Brasil na greve geral. Os dirigentes sindicais realizarão assembleias nos locais de trabalho para convocar a categoria para a luta!

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DE FLORIANÓPOLIS E REGIÃO - SINERGIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis e Região - SINERGIA, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA os empregados da Foz do Chapecó Energia S.A, da sua base territorial, associados e não-associados, para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se nas dependências da Empresa, na Rua Germano Wendhausen, 203 – Centro Executivo Beiramar, sl. 401 Centro - Florianópolis/SC, no dia 12.04.2017 (quarta-feira), às 16h, em primeira convocação, com o número regulamentar de presentes, e às 16h30min, em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, a fim de discutirem e deliberarem sobre as seguintes ordens do dia:

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1 – Informes;
2 – Discutir e votar proposta da Foz do Chapecó Energia S.A, com vistas ao Acordo Coletivo de Trabalho 2017/2018;
3 – Encaminhamentos.

Florianópolis, 10 de abril de 2017.

Nivaldo Lang
Diretor do SINERGIA

SINDICATO DOS TRABALHADORES ELETRICITÁRIOS DO VALE DE ITAJAÍ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Eletricitários do Vale do Itajaí – SINTEVI, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os associados deste Sindicato, quites com suas obrigações sociais, a participarem da ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se na sede do SINTEVI, sito na Rua Bahia, nº 2552, Salto, Blumenau - SC, no dia 17/04/2017 (Segunda-feira), às 17:00h, em primeira convocação, com o número regulamentar de presentes, e às 17:30h, em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte

ORDEM DO DIA:

1 – Leitura, discussão e aprovação da Proposta de Orçamento Anual do Sindicato, para o exercício de 2017.
2 – Leitura, discussão e votação do Balanço Geral relativo ao exercício de 2016, com o respectivo parecer do Conselho Fiscal.

Blumenau, 13 de abril de 2017

Orlando Nestor Gretter
Diretor Financeiro

ELETROBRAS

PRESSÃO E AMEAÇA

Aposentados e aposentáveis debatem pressão para adesão ao plano de demissão da Eletrobras

Nos dias 22 e 29 de março trabalhadores aposentados e aposentáveis da Sede da Eletrosul e do Sertão participaram de uma conversa sobre suas dúvidas, experiências e expectativas em relação ao tema Previdência, Aposentadoria e especificamente sobre o Programa de Aposentadoria Extraordinária (PAE), divulgado pelo presidente da Eletrobras Wilson Pinto Jr. como sendo um excelente plano de aposentadoria. Foi consenso de que o PAE tem assombrado a categoria, causando insônia e estresse para muitos trabalhadores que após trabalharem uma vida inteira, a espera do momento da aposentadoria, estão se preocupando com as regras impostas arbitrariamente pela diretoria da Eletrobras. Os colegas relataram planejamentos, justificativas e motivações para a sua própria aposentadoria e, imaginando que iam deixar a empresa de forma digna e respeitosa, confessaram que foram pegos desprevenidos com a divulgação do novo PAE e com as palavras do próprio presidente da Eletrobras: quem não se aposentar poderá ser demitido.

As pessoas demonstraram seu desagrado com a desigualdade na forma de tratamento em relação aos seus colegas já aposentados, pois esses tiveram direitos garantidos nos últimos programas de aposentadoria, o que incluiu não somente um incentivo financeiro considerado digno, mas também tempo para preparação e repasse de conhecimento, através de cursos preparatórios oferecidos pela Empresa. Os trabalhadores tiveram oportunidade de manifestar suas preocupações e angústias acerca do processo além de seu desagrado geral com o PAE e com os rumos da Previdência Social no país. Nessa conversa muitos pontos sensíveis foram levantados pelos participantes. Para alguns, o plano não é vantajoso, mas há interesse em aderir. Para outros há interesse em aderir, porém não são contemplados devido a idade, embora já estejam aposentados pelo INSS, por exemplo. Existem casos de desvantagem financeira relacionado a migração do Plano BD para o Plano CD da Elos e o respectivo tempo de contribuição. Detalhe fundamental que não foi esclarecido à época e que não está sendo levado em consideração agora pelo PAE. Existem ainda diversos casos de trabalhadores que necessitam permanecer sob a guarda de um plano de saúde confiável devido a doenças de dependentes, necessidade de compra de medicamentos ou tratamento de filho especial. De uma forma geral, o que se pôde constatar foi a insegurança dos trabalhadores ao se depararem, num dos momentos mais difíceis de suas vidas, com o descaso da empresa e a constatação de representarem apenas um número de matrícula.

Dentre as sugestões apresentadas, foi proposto uma consulta jurídica do sindicato sobre o processo, o estabelecimento de regras definitivas e perenes para todos os planos de incentivo à aposentadoria que possam ser criados, de tempos em tempos, pelas empresas Eletrobras, e um abaixo-assinado explicitando a situação dos aposentáveis a ser entregue aos parlamentares catarinenses.

Ao final do encontro, os participantes foram informados que a Intersul, através do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), ainda aguarda uma proposta oficial da Eletrobras para o PAE. As entidades sindicais estão lutando para abrir negociação com a Eletrobras, que vem se mostrando desrespeitosa nesse processo, e que não se pode afastar a possibilidade de uma mobilização ou ato em favor dos aposentáveis. Os representantes sindicais orientaram ainda que nenhum trabalhador assine nenhum documento relativo ao PAE, caso não queira ou não concorde, motivado apenas por pressão psicológica ou moral.

Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC
Jornalista responsável: Paulo G. Horn (SRTE/SC 3489)
Conselho Editorial: Lucio Silva
Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89216-000 | (047) 3028-2161
E-mail: sindsc@terra.com.br
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

A imparcialidade dos tribunais diante do ESPÍRITO CAPITALISTA

Por Manoela de Borba

"Eu sempre acreditei na Justiça", declarou Paulo Maluf um dia depois de o Tribunal de Justiça ter limpado sua ficha. De fato, o deputado não tem do que se queixar. Acusado de formação de quadrilha, corrupção passiva, evasão de divisas, lavagem de dinheiro e réu em duas ações penais no STF, o ex-prefeito de São Paulo nunca foi preso e sua afirmativa virou bordão repetido por políticos e empresários em busca da absolvição.

Lembrei de Maluf dia desses em uma audiência na Justiça do Trabalho. Até tentei reproduzir um "estou aqui porque acredito na justiça", mas são poucos os que podem desfrutar dessa confiança. No banco dos réus, uma federação sindical que representa os interesses dos empresários. De um lado, meu advogado e eu; do outro, a juíza, seu escrivão e os representantes do patronato. As provas eram consistentes, mas, segundo a juíza, "a natureza da ação era sui generis". Na minha opinião, sui generis foi a própria audiência.

A primeira tentativa é o acordo. Ou da conciliação de classes, diria. - Doutores, vamos economizar o nosso tempo, começa a juíza. Como de praxe em uma audiência de negociação, apresentam-se os valores. Ao primeiro número apresentado pelo réu e diante da minha enfática negação, a juíza calcula: - Você poderia comprar três carros populares. E intervém:

- Você parece certa da vitória.
- Não estou certa da vitória, mas sei da legitimidade da ação e ainda confio na justiça.
- A justiça também comete injustiças, diz a magistrada.
- Claro, vide a situação do país.

A juíza pede que os representantes do réu se retirem da sala. E ela própria, sem inibição, assume a defesa patronal. Eis que resplandece o caráter sui generis da audiência. Numa ofensiva, tentou me convencer que jamais conseguiria um acordo melhor e que deveria "ficar feliz" com 54%. Afinal, poderia comprar três carros populares (!). Repetiu que por se tratar de uma ação sui generis não poderia assegurar qual seria a decisão de uma instância superior e que se tratava de "muito dinheiro". A juíza alegava que por eu não estar no país não poderia reclamar salário integral.

- Eu não trabalhava na indústria, não estava em uma linha de produção, razão pela qual meu trabalho poderia ser feito de qualquer lugar.
- Sim, entendo. Mas parece que a você está querendo ganhar dinheiro com essa ação.
- Quero o que é meu direito. Quero receber pelo meu trabalho.
- Bom, neste caso, qual seria o acordo possível, pergunta a juíza representante da classe patronal.
Apresentei o cálculo para uma negociação, o que chegaria a mais ou menos 80% do valor da ação.
- Impossível, disse a juíza soltando a caneta bic na mesa, num gesto de impaciência buscando com o olhar a cumplicidade do escrivão.
- Isso não seria um acordo, repetiu a juíza e começou a enumerar os custos da empresa, que "além do valor devido, teria que arcar com outros impostos e encargos". Ela parecia incorporar o bordão dos capitalistas, para quem é impossível produzir nesse país com essas leis.
- Dane-se. Esses encargos não competem a mim e a senhora tampouco deveria se preocupar com eles, respondi.
- Bom, doutora, esses são os nossos números. Do contrário, vamos ouvir as testemunhas e dar seguimento ao processo, ratificou meu advogado.

A juíza ordena que os representantes de direito e de fato retornem à sala de audiência, mas resistiu e não cedeu espaço à representação da classe patronal.

- 80% do valor da causa, disse, incrédula, dirigindo-se à advogada do réu.

Começa o misancene. A advogada patronal diz que teria que consultar o diretor, que este valor não estaria autorizado e que faria essa consulta por telefone. A juíza tentou intervir até na consulta e voltou a defender os 54%.

- A senhora pode permitir que a advogada consulte o diretor, por gentileza?

Para a infelicidade da juíza, o réu aceita o acordo. O escrivão dá prosseguimento a ata, o ambiente fica aparentemente descontraído, as testemunhas são dispensadas e a juíza insiste:

- Como você vivia em Buenos Aires? Viver em Buenos Aires é caro. Tem aluguel, alimentação, compra de livros...

A pergunta não era mera curiosidade. A juíza teimava e, inconforme com a derrota do réu, ainda lutava pela causa perdida. A sua dúvida tinha um pressuposto claro: como poderia eu reivindicar um direito trabalhista sem amparo na realidade? A juíza supunha que eu estava empregada em outro país, fato que anularia minha defesa de trabalho efetivo sem salário por um ano. Afinal, como ela havia alertado, existe "trabalho colaborativo" ou "vínculo empregatício fundado na parceria".

Em circunstâncias semelhantes, pensei nos demais trabalhadores à procura da justiça do trabalho para reparar algum direito. No ano passado, foram três milhões de reclamações trabalhistas. Para muitos deles, é a última tábua de salvação de uma justiça ainda considerada trabalhista. Esses comparecem ao tribunal premidos por necessidades elementares que afogam o cotidiano no desespero e os levam a aceitar acordos injustos. São reféns desse novo espírito que já domina os tribunais antes mesmo dos políticos burgueses decretarem o fim da era dos direitos do trabalho.

Manoela de Borba é jornalista, mestranda em Jornalismo na Universidad Nacional de La Plata, na Argentina.